



# XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

---

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

REPRODUÇÃO DA POPULAÇÃO TRABALHADORA E ORGANIZAÇÃO DIFERENCIADA DO  
ESPAÇO NOS MUNICÍPIOS DE ABAETETUBA E BARCARENA NA AMAZÔNIA ORIENTAL

**ALDO LUIZ FERNANDES SOUZA** (IFET-Pa/UFF) - [aldofernand@yahoo.com.br](mailto:aldofernand@yahoo.com.br)

*Geógrafo. Mestre em planejamento do desenvolvimento regional pelo NAEA, professor do IFET-pa, doutorando em geografia pela UFF*

## Introdução

A urbanização não pode ser confundida com o processo de produção imediata e nem com o processo de consumo em si. Antes se trata de certa forma, de um modo de integração social e espacial que possibilita a realização da produção do consumo, de uma forma de suprir as necessidades sociais ancorada numa certa configuração territorial que produz efeitos diversos do ponto de vista cultural, político e econômico. Daí se falar em modo de vida urbano, cultura urbana, economia urbana, política urbana no sentido amplo e espaço urbano. Dessa forma, a urbanização pode se realizar sem necessariamente a presença imediata da industrialização e sem uma efetiva generalização do consumo de serviços, bens de consumo coletivos e bens de consumo duráveis. Esses elementos são necessários, mas insuficientes para entendermos a urbanização da sociedade, eles induzem à urbanização, porém sem realizar todas as suas possibilidades e qualidades.

A urbanização é constitutiva da reprodução das relações de produção. Na formação social capitalista, a socialização da sociedade (LEFEBVRE, 1969) forjada pela dinâmica da divisão técnica e social do trabalho e pela planificação estatal acelerou o processo de urbanização da sociedade, produziu a *implosão-explosão* das cidades e finalmente modelou e modela fortemente a reprodução da população trabalhadora no campo e nas cidades no âmbito do processo de consumo, de trabalho, de circulação, de mobilidade e mobilização social. O espaço produzido neste âmbito é desigual, hierarquizado, fortemente segregado e contraditório.

Outro elemento fundamental do processo de urbanização vem da própria história das interações sociais, da relação homem-natureza, que confere especificidade à paisagem urbana, às cidades, à rede urbana, às interações campo-cidade. A urbanização é também a realização e a afirmação das diferenças (LEFEBVRE, 1969). Sendo a forma urbana definida pelo encontro e pela simultaneidade, a difusão do tecido urbano e dos nexos urbanos de maneira generalizada na sociedade e no território a partir da difusão de rede de comunicação e transporte, das redes sociais e produtivas, tende a acentuar diferenças de toda natureza. A análise da reprodução da população trabalhadora nos municípios de Barcarena e Abaetetuba revela exatamente o choque, a contradição e o conflito entre a socialização da sociedade no âmbito da formação social brasileira e trajetória histórica e cultural desses municípios amazônicos.

O processo de reprodução da população trabalhadora envolve duas dimensões fundamentais: o mundo do trabalho e o mundo do habitar. Analisaremos somente algumas variáveis dessas dimensões. Podemos afirmar que o mundo do trabalho e mundo do habitar na cidade e nos espaços rurais revelam dinâmicas significativas das formas de difusão dos

nexos da urbanização. Não se trata de valorizar as formas de trabalho e de consumo em si mesmas, mas de analisá-las enquanto viabilizadoras de novas formas de integração social e espacial que podem ser interpretadas como urbanas, em outras palavras, como novas formas de circulação, de interação campo-cidade com o aprofundamento da dominação da segunda sobre o primeiro, com o aumento da dependência e submissão dos trabalhadores rurais ao mercado de trabalho e consumo direcionados a partir da dinâmica industrial, da dependência da população trabalhadora dos serviços públicos e dos equipamentos de consumo coletivos inclusive nas áreas rurais e por último um envolvimento intenso da reprodução da classe trabalhadora nas contradições e conflitos engendrados pela dinâmica urbano-industrial.

Como hipótese teórica sugerimos que é a reprodução da população trabalhadora que alimenta e reproduz a urbanização em escala ampliada na Amazônia Oriental. Essa reprodução envolve a coexistência de práticas e relações sociais tipicamente capitalistas com práticas sócio-espaciais que precedem a integração urbano-industrial brasileira. Práticas sócio-espaciais diferenciadas de acesso ao trabalho e ao habitar em sentido amplo, relativas não apenas à habitação enquanto abrigo, mas ao meio e às condições gerais presentes (LIMONAD, 2006) mediadas por uma forte intervenção do Estado na produção, regulação e no uso do espaço e do território.

Segundo Henri Lefebvre (1973) a sobrevivência do capitalismo está relacionada à reprodução dos meios de produção e fundamentalmente à reprodução das relações sociais de produção como um todo. Isso significa que as relações que abrangem o cotidiano, a linguagem, a cultura, o saber, a cidade, o urbano, o lazer, o tempo livre e etc. são apropriadas e usadas para uma reafirmação continuada do capitalismo, embora carregada de tensões, conflitos e contradições. E o que é mais importante, todas essas relações têm como mediação fundamental o espaço *“Não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não já apenas dos meios de produção): é todo o espaço”* (LEFEBVRE, 1973, p.95). As relações que permitem a reprodução da população trabalhadora compreendem práticas que envolvem a produção do espaço. No Brasil, a reprodução do espaço urbano é um expediente essencial e necessário à reprodução da força de trabalho (BONDUKI, 1979). A luta pela moradia, transporte, infra-estrutura, serviços públicos, lazer, ou seja, a luta pelo espaço, tem reafirmado o processo de urbanização.

O objetivo deste trabalho é analisar o caráter específico da urbanização na Amazônia Oriental, tomando como referência o estudo dos municípios de Abaetetuba e Barcarena no nordeste paraense. Este artigo está estruturado em três partes. Na primeira analisamos a relação entre a formação da estrutura territorial e a urbanização dos municípios. Na segunda, analisamos a questão da reprodução da população no âmbito do mercado de

trabalho com base em pesquisa de campo. Na terceira discutimos a questão da reprodução a partir das condições gerais de moradia e consumo. A questão que permeia a discussão é a (re) produção do espaço urbano na Amazônia.

## **1- Os municípios de Barcarena e Abaetetuba: urbanização e estrutura territorial.**

O município de Abaetetuba faz parte da Microrregião de Cametá e da Mesorregião Nordeste Paraense. Está localizado à margem direita da foz do Rio Tocantins, estando sua sede a 51 km em linha reta de Belém, capital do Pará. Possui dois distritos, o distrito de Abaetetuba, sede municipal, e o distrito de Beja. Este município foi emancipado de Belém em 1881 (IBGE, 1957). O município de Barcarena faz parte da Microrregião de Belém e da Mesorregião Metropolitana de Belém. Está localizado entre a Baía do Marajó e a Baía do Guajará, a Leste e Sudoeste do município de Belém, estando sua sede a 14,6 Km da cidade de Belém. Emancipado de Belém em 1943, este município possui dois distritos: O distrito de Barcarena, sede do município, e o distrito de Murucupi. Abaetetuba e Barcarena são municípios adjacentes.

Até 1970, a base econômica desses municípios era a pecuária de pequeno porte, a pesca, o extrativismo (principalmente da borracha), a produção de lenha, a produção oleira e cerâmica, da cana-de-açúcar, de aguardente e a produção agrícola, comercializados principalmente em Belém. Estas cidades tinham a função de entrepostos comerciais na rede comercial entre Belém e o interior do Estado na circulação de mercadorias e passageiros. A posição estratégica frente à rede de fluxos garantiu à Abaetetuba maior expressão econômica e demográfica. A população era majoritariamente rural, o espaço era rural-extrativista. A população total de Abaetetuba era de 57.502 e de Barcarena 17.498 (IBGE, 1970), marcada por um crescimento lento.

Do ponto de vista da urbanização, as cidades e as localidades caracterizavam-se por um isolamento relativo, carência de equipamentos urbanos, disposição paralela ao rio, ao redor de um porto, e uma economia fundada no comércio, extrativismo e agricultura. Não havia incentivo para a expansão do chamado modo de vida urbano. Mais do que formas proto-urbanas (MACHADO, 1999), estas cidades seriam formas urbanas produzidas pela história da relação entre o Estado, colonizadores, religiosos, indígenas, ribeirinhos, outros grupos e a natureza. Abaetetuba, Beja, Barcarena, Vila São Francisco, Itupanema, Vila do Conde, Murucupi eram algumas das localidades que expressavam uma espaço-temporalidade típica de um espaço rural-extrativista onde as interações sociais, a relação entre os lugares e as transformações obedeciam a um ritmo mais lento, quase circular.

Dois fatos ocorridos durante a década de 1970 vieram alterar drasticamente a organização do território e a espacialidade destes dois municípios: a abertura de rodovias, principalmente a PA-150 e a decisão do Governo Federal de implantar o Complexo Albrás/Alunorte (IDESP,1991), sendo as obras do complexo iniciadas em 1979.

O processo de implantação do complexo no contexto da crise energética mundial e da expansão do capital monopolista internacional na Amazônia foi analisado por Marco Lobo (1996). As implicações da implantação de grandes projetos na Amazônia foi um fator de reestruturação do território regional (ROCHA, 1998; TRINDADE Jr e ROCHA, 2002), no sentido de provocar a redistribuição das atividades produtivas e da população, em geral levando a acentuação da urbanização do território. Mudança no uso da terra, do padrão demográfico, da mobilidade da população e na dinâmica dos lugares e das cidades são efeitos gerados por grandes projetos na fronteira amazônica.

A implantação do complexo Albrás/Alunorte implicou na criação de uma estrutura institucional e territorial que facilitasse a regulação social tendo como fundamento certo nível de controle do território. Esse processo teve como base:

a) a criação de uma estrutura organizacional-institucional representada pela Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR) com o objetivo de executar e administrar as obras e serviços na área de implantação do projeto Albrás-Alunorte.

b) a criação e implementação do Plano Urbanístico de Barcarena, documento que norteou as intervenções urbanísticas e as condições de uso/ocupação do solo por parte do Estado e da Albrás, assim como o processo de re-assentamento da população expropriada. Na prática, um instrumento de controle e regulação do território.

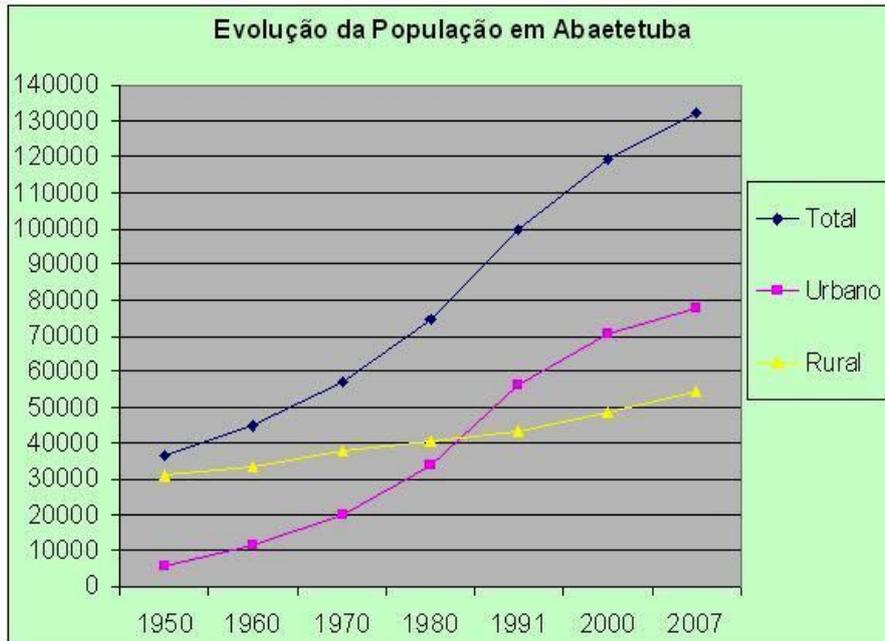
c) o processo de produção de um espaço fragmentado e segregado fortemente marcado pela instrumentalidade/funcionalidade decorrente dos interesses da Albrás e do Estado. As áreas de re-assentamento e a *company town*, de produção industrial, as vias e circulação e os pontos de apoio para transporte de cargas e passageiros foram construídos a partir da lógica da segregação e da funcionalidade/racionalidade técnica e econômica.

d) a implementação de projetos sociais assistencialistas e fragmentados na área da educação, do trabalho e lazer, por parte da empresa e do poder político local com o objetivo de regular a sociedade, reduzindo as resistências, e ao mesmo tempo legitimando as ações estratégicas do capital e do Estado (TEIXEIRA e OLIVEIRA, 1995).

As Figuras 1 e 2 apresentadas abaixo, fornecem uma idéia da alteração no padrão demográfico e ocupação do território nos municípios de Abaetetuba e Barcarena, definidos como Área de Influência Imediata do Projeto Albrás (AIIPA) segundo o IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará). O crescimento da população total, rural e principalmente da população urbana, captada a partir do Censo de 1980, reflete o afluxo

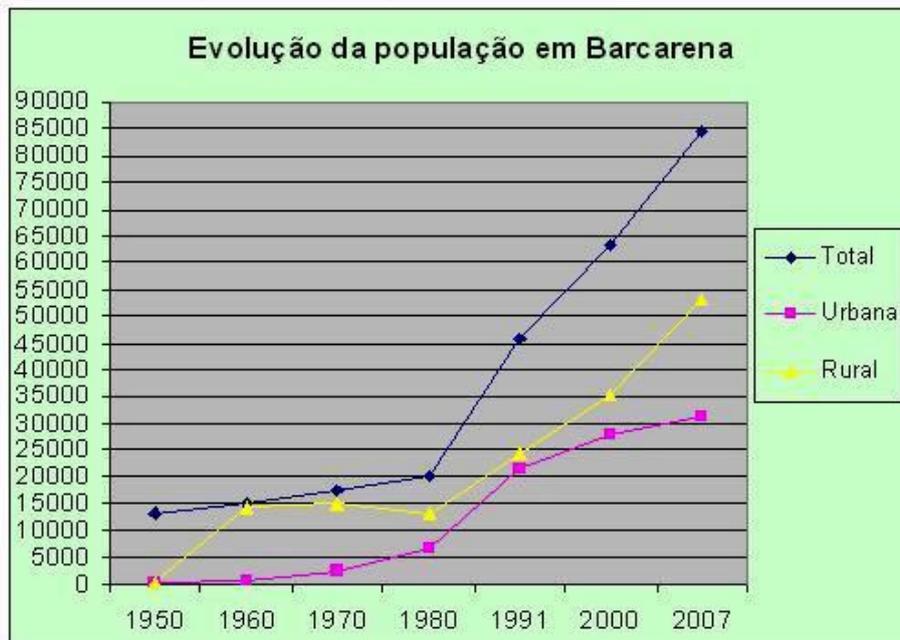
populacional e de empresas, principalmente empreiteiras, atraídos pelas necessidades de implantar toda uma infra-estrutura técnica e urbana no município de Barcarena. Fato esse que afetou diretamente o município de Abaetetuba, uma vez que, ambos são adjacentes e têm suas sedes municipais próximas.

Figura 1: Evolução da População em Abaetetuba 1950-2007



Fonte: Censos do IBGE e contagem de 2007

Figura 2: Evolução da População em Barcarena 1950-2007



Fonte: Censos do IBGE e contagem de 2007

O município de Barcarena sofreu os efeitos imediatos da implantação do projeto, porém foi no município de Abaetetuba que ocorreu a maior expansão da população total, rural e urbana como se pode observar comparando os dados das figuras relativas aos

censos de 1950-2000 e contagem de 2007. O município de Barcarena recebeu a indústria de alumínio primário (Albrás), de Alumina (Alunorte implantada em 1995), a maioria das empreiteiras e outras empresas que se implantaram mais recentemente. Recebeu também as *Company Towns* de Vila dos Cabanos, as melhorias portuárias em Vila do Conde e Ponta Grossa, melhorias na estrutura rodoviária e de distribuição de energia, uma Área de Proteção Ambiental contornando o complexo e outras obras de apoio ao projeto. Entendemos que é exatamente pelo fato de ter recebido toda essa infra-estrutura e uma forte regulação do poder público e privado, associado ao fato de que a estrutura urbana de Barcarena era muito limitada, é que este município se tornou um território com mais obstáculos para a chegada e permanência de migrantes.

Por outro lado, o município de Abaetetuba apresentava uma estrutura de equipamento urbano e de comércio melhor, que associado ao fato da proximidade e facilidade de acesso a área do projeto em Barcarena, permite entender, em parte, a razão pela qual Abaetetuba sofreu um acelerado crescimento populacional em decorrência da migração e do êxodo rural.

As condições e as contradições da implantação dos assentamentos urbanos e do núcleo urbano planejado de Vila dos Cabanos foram analisadas pelo IDESP (1991). Além da Vila dos Cabanos, um núcleo planejado e equipado para abrigar preferencialmente os funcionários da Albrás, surgiram após o projeto, as aglomerações populacionais de Vila Nova, construída para assentar parte da população removida; o Laranjal, aglomeração próxima à Vila dos Cabanos, construído também para assentar a população desapropriada pelos empreendimentos.

Além desses núcleos urbanos, também foi implantada a Colônia Agrícola de Bacuri, uma área de 500 hectares localizada à margem da Rodovia PA-151, planejada para assentar parte da população rural desapropriada. Segundo dados do IDESP, aproximadamente 513 famílias foram imediatamente desapropriadas em áreas urbanas e rurais para a implantação do projeto e de sua infra-estrutura (IDESP, 1991, p.51). Evidencia-se, assim o processo de redistribuição interna da população no município de Barcarena. Ao se observar a organização territorial dos municípios de Barcarena e Abaetetuba, pode-se notar primeiro, a expansão e densificação do tecido urbano por meio da rede de rodovias nos dois municípios, envolvendo um grande número de localidades e comunidades; segundo, o crescimento das nucleações urbanas principais com a expansão da urbanização e uma primeira diferenciação entre esses núcleos.

No município de Abaetetuba a mancha urbana na cidade se expande, em termos populacionais e espacial, de forma compacta, contínua em torno das antigas nucleações de Abaetetuba e Beja. Por outro lado, em Barcarena, a expansão das aglomerações urbanas

se expande de forma dispersa, fragmentada no espaço e em dimensão demográfica menor do que em Abaetetuba. É sobre essa organização territorial fortemente articulada espacialmente e territorialmente fragmentada que os processos e os nexos da urbanização se difundem extensivamente.

## 2- A reprodução no mundo do trabalho: polivalência, mobilidade e precariedade.

No âmbito do mundo do trabalho, a reprodução da população trabalhadora em Abaetetuba e Barcarena está cada vez mais vinculada a relações de trabalho e ocupações difundidas a partir das cidades e do mundo urbano industrial. A expansão do circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1979a) e a intensa mobilidade ocupacional e espacial do trabalho (GAUDEMAR, 1978) ocorrem em um contexto de estruturação de mercado de trabalho instável e precarizado, seja no mercado formal ou no mercado informal de trabalho. Intensa mobilidade, sazonalidade, instabilidade ocupacional, precárias condições de trabalho, baixos salários são características deste mercado de trabalho que se instalou sob o paradigma de uma região de fronteira (BECKER e MACHADO, 1990), de uma economia de fronteira, onde as relações de trabalho e a divisão de trabalho tipicamente capitalista não se realiza plenamente diante de uma condição histórica específica.

Tabela 01: Pessoas de 10 Anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal em 2000.

Seção	Município de Barcarena		Município de Abaetetuba	
	Pop. de 10 anos ou mais	%	Pop. de 10 anos ou mais	%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Pesca.	4.720	21,81	11.334	28,54
Indústria Extrativa, Indústria de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água.	3.403	15,72	6.278	15,81
Construção	1.797	8,30	1.612	4,06
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos.	2.916	13,47	7.510	18,91
Alojamento e alimentação	1.079	4,99	1.522	3,83
Transporte, armazenagem e comunicação.	917	4,24	1.398	3,52
Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.	507	2,34	1.007	2,54
Administração pública, defesa e seguridade social.	1.089	5,03	1.184	2,98
Educação	1.597	7,38	2.779	7,00
Saúde e serviços sociais	414	1,91	351	0,88
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.	602	2,78	880	2,22
Serviços domésticos	1.820	8,41	2.099	5,29
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-
Atividades mal definidas	784	3,62	1.753	4,41

Fonte: SEPOF 2008 a partir dos dados do censo do IBGE.

De acordo com a tabela 01 em ambos os municípios mais de 70% da população ocupada está nas ocupações secundárias e terciárias. Em Abaetetuba 28,54% da população ocupada trabalhava em ocupações primárias para uma taxa de população rural de mais de 40 %. Em Barcarena 21,81% da população ocupada trabalhava em ocupações primárias para uma taxa de população rural de 56%. Isto significa que a população rural em ambos os municípios se ocupa em trabalhos de comércio, serviços e industriais e que o rural não coincide plenamente com o agrícola.

Tabela 02: Distribuição da população ocupada (POC) por posição na ocupação em 2000.

Posição na Ocupação no Trabalho	Barcarena		Abaetetuba	
	POC	%	POC	%
Total população ocupada	21.644	-	39.706	-
Empregados	12815	59,21	18.464	46,50
Com carteira de trabalho assinada <sup>(1)</sup>	5220	40,73	3.658	19,81
Militares e Funcionários Públicos estatutários	1679	13,10	3.248	17,59
Outros sem carteira Assinada <sup>(2)</sup>	5916	46,16	11.559	62,60
Empregadores	162	0,75	545	1,37
Conta própria	6505	30,05	14.101	35,51
Não Remunerados em ajuda a membro do Domicilio	1471	6,80	4.420	11,13
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	691	3,19	2.176	5,48

<sup>1</sup> inclusive os trabalhadores domésticos

<sup>2</sup> inclusive os aprendizes ou estagiários sem remuneração

Fonte: SEPOF 2008 a partir dos dados do censo do IBGE.

A tabela 02 nos informa sobre as condições de inserção da população trabalhadora nos mercado de trabalho nos municípios. Chama atenção a taxa, muito baixa, de trabalhadores que produzem para o próprio consumo, que indicaria o grau de subsistência na economia. Mesmo tendo taxas de população rural elevadas, mesmo uma taxa de ocupações em trabalhos primários acima de 21%, Abaetetuba e Barcarena, apresentaram taxas baixas de trabalhadores voltados para o próprio consumo, particularmente Barcarena onde esta taxa é de apenas 3,19%.

A questão da inserção indica um alto grau de informalidade no mercado de trabalho. Considerando os dois municípios, em média, 40% da população ocupada era considerada não empregada. E dos considerados empregados, perfazendo 31.279, apenas 13.805 (com carteira assinada e funcionários públicos) eram amparados por alguma garantia trabalhista. A maioria dos empregados não tinha nenhuma garantia trabalhista, sendo esse processo mais acentuado em Abaetetuba. No que diz respeito ao funcionalismo público, na última década ocorreu uma grande expansão dos empregos públicos, tornando-se um dos pilares de sustentação da economia municipal, principalmente nos períodos de crise econômica. Grande parte do comércio é sustentado pelos consumidores que recebem rendimentos públicos.

Uma terceira questão importante é que a categoria conta própria em ambos os municípios compõe uma taxa superior a 30% da população ocupada. Pequenas vendas, biscates, serviços pessoais e etc. são atividades essenciais no processo de reprodução da população trabalhadora. Não é possível interpretar essas características como um distúrbio temporário da estrutura do mercado de trabalho. Trata-se de um processo constitutivo deste mesmo mercado de trabalho no campo, nas cidades e vilas dos municípios de Abaetetuba e Barcarena.

De fato não existem diferenças qualitativas na situação da força de trabalho entre os municípios de Abaetetuba e Barcarena. Isso demonstra a unificação do mercado de trabalho sob a mesma lógica de avanço da pobreza urbana, da intensa mobilidade geográfica e ocupacional e da extrema precariedade das condições de trabalho. Em outras palavras essa lógica está presente nas cidades, nas vilas e localidades rural-extrativistas da beira da estrada e talvez nas da beira do rio.

As pesquisas de campo realizadas por nos em 2010 nas cidades, em localidades rurais (Colônia de Bacurí, Colônia Nova, Boa Esperança e outras) e urbanas (Vila do Conde, São Francisco, Laranjal e outras) de Abaetetuba e Barcarena confirmam as tendências já vislumbradas a partir das tabelas anteriores com dados agregados para esses municípios.

A situação da população trabalhadora no mercado de trabalho nesses municípios chama atenção por suas características. Primeiro, o número de desempregados é elevado ficando em torno de um terço dos trabalhadores entrevistados. O caso da vila do Conde é sintomático, onde se observou que o elevado nível de desemprego resulta em um grande número de casas desocupadas em função da busca de trabalho em outros municípios ou outros estados. O grande número de autônomos está ligado a essa baixa inserção da força de trabalho no mercado de trabalho formal.

Segundo, o número de aposentados e pensionistas também é elevado, principalmente fora da sede municipal. Nas vilas e povoados rurais o percentual de famílias que dependem de benefícios ou de programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa família, é grande. Esse fato demonstra o envelhecimento dos chefes de famílias e ao mesmo tempo o baixíssimo nível de renda dos mesmos. Essa condição de pobreza no campo, nas vilas e cidades ajuda a explicar a busca dos mais jovens por ocupações não-agrícolas e a migração para as cidades da região ou mesmo para outros estados.

A análise dos dados relativos à primeira ocupação revela questões importantes sobre a inserção ocupacional dos trabalhadores no mercado de trabalho. Dois fatos chamam a atenção. Primeiro, o número de trabalhadores que começaram sua jornada produtiva no setor primário (agropecuária e extrativismo) é o maior entre as categorias analisadas, sendo menor em Barcarena. Segundo, em ambos os municípios as ocupações consideradas não-

agrícolas compõem a maior parte das ocupações iniciais dos trabalhadores. É importante notar o grande peso das ocupações de *comércio* e *serviços de construção* no total das primeiras ocupações.

Essa estrutura ocupacional é um dado da dinâmica social dos municípios. Se por um lado, a maioria das inserções dos trabalhadores se dá em ocupações não-agrícolas, significando que a dinâmica do mercado de trabalho nesses municípios não está soldada a uma economia tipicamente rural-extrativista como era até 1970. Por outro lado, uma dinâmica de trabalho cada vez mais terciária estrutura o mercado de trabalho e emprego.

Os dados resultam em um perfil ocupacional do casal responsável pela manutenção do domicílio ou somente do único responsável, quando for o caso. A predominância de ocupações no terciário é importante mesmo nas localidades rurais de Abaetetuba, com exceção da localidade Vila Boa Esperança, onde cerca de 60% dos chefes de famílias se declararam agricultores. Por outro lado, mesmo subtraindo os trabalhadores que declararam serem trabalhadores *do lar*, ainda assim a importância dos trabalhos no setor de serviços é evidente.

Esse terciário é formado por trabalhadores que trabalham com pequenas vendas, serviços de reforma, reparo e construção civil, serviços pessoais, de transporte como moto-táxis, vigilância e outras ocupações de baixa ou nenhuma qualificação ou formação profissional. Na verdade, trata-se de uma força de trabalho excluída do mercado de trabalho formal, caracterizada pela polivalência e pela mobilidade ocupacional. Essa população se move dentro desse terciário e na interface de ocupações terciárias e primárias de baixa remuneração e qualificação. É um mercado que guarda a dinâmica de um mercado de trabalho de fronteira caracterizado pela polivalência, intensa mobilidade ocupacional e geográfica, pela instabilidade de trabalho e de renda, pela baixa presença do assalariamento e pela precariedade das relações de trabalho.

Serviços de moto-táxi e de vigilantes noturnos são muito comuns nas cidades de Abaetetuba e de Barcarena. São centenas de trabalhadores, muitos organizados em cooperativas informais, nas ruas dessas cidades transportam pessoas da casa para o trabalho, para a escola, para o mercado, para o banco, para os órgãos públicos e etc. compondo um intenso movimento em ruas que praticamente não são sinalizadas criando um aspecto quase caótico para quem não conhece a cidade. Por outro lado, à noite a presença dos vigias de rua é também muito comum. Geralmente esses vigilantes se organizam informalmente para guardar ruas e cobram pequenas taxas da população. São alternativas ocupacionais novas nas cidades amazônicas que ocupam principalmente a população jovem.

Como podemos observar a inserção nas ocupações ligadas às grandes empresas do complexo Albrás-Alunorte ou empreiteiras é muito reduzido, sendo um maior em Barcarena do que em Abaetetuba. É importante considerar que na verdade esses trabalhadores geralmente estão trabalhando como serventes, vigilantes ou serviços gerais, sendo muito pouco os que trabalham de fato em ocupações diretamente envolvidas na produção industrial. Por outro lado, praticamente todos que declararam trabalhar em empregos industriais, trabalham na verdade nas empreiteiras que prestam serviços às grandes empresas em Barcarena.

Um aspecto importante da geração de empregos no complexo industrial é que uma parte considerável dos empregos diretos e indiretos, nas grandes empresas e empreiteiras, é ocupada por trabalhadores que moram em Belém. A presença de mão de obra mais qualificada em Belém e as facilidades de transporte e comunicação possibilitam essa integração do mercado de trabalho na mesorregião Metropolitana de Belém. Porém, torna dramática a situação dos milhares de trabalhadores que migram para as áreas urbanas de Abaetetuba e Barcarena que arcam com forte custo social da expansão urbana.

Uma informação importante sobre a inserção ocupacional é a presença ou não de uma segunda ocupação. É importante afirmar que em Barcarena e em Abaetetuba poucos trabalhadores declararam ter uma segunda atividade. Talvez isso afirme a hipótese de que se trata de uma mão de obra livre, móvel e polivalente. É importante registrar a dificuldade para se definir uma ocupação principal durante as entrevistas, uma vez que, é muito comum os trabalhadores que declararam que trabalham em ocupações “diversas”. Nesse caso, talvez não se trate de pluriatividade, mas da polivalência, da mobilidade como categorias constitutivas das regiões de fronteira onde avança o processo de urbanização, ou mais especificamente de uma urbanização da pobreza no campo e na cidade. Nesse caso a dinâmica de fronteira é dimensão fundamental da formação social da Amazônia Oriental.

De um lado, a geração de empregos formais no complexo Albrás-Alunorte, no Distrito Industrial e na Vila dos Cabanos é reduzida e, na maioria das vezes, é por um curto período, com exceção dos empregos diretos nas grandes empresas, que na prática não constitui a maioria. Por outro lado, a geração de empregos formais no setor comercial e na administração pública nas cidades é importante, mas esses empregos são insuficientes e geralmente pagam baixa remuneração, mesmo os empregos públicos. O contraponto é o crescimento de um setor terciário informal que responde pela maior parte das ocupações dos trabalhadores dos municípios de Abaetetuba e Barcarena.

*Quanto à criação de empregos indiretos, depende em grande parte do nível tecnológico da indústria instalada. Quanto maior a distorção em relação ao meio econômico e social, mais esse tipo de emprego escapa do lugar que acolhe a atividade, em*

*benefício das grandes cidades do próprio país ou dos países exportadores de tecnologia. O resultado é que, à medida que o país se industrializa, a urbanização torna-se cada vez mais terciária.* (SANTOS, 1979a, p.151)

A constituição do mercado de trabalho na Amazônia oriental se dá a partir de uma intensa exploração de recursos naturais e de geração de uma gama de empregos insuficientes e muito precarizados (CASTRO, 1995). A gestão empresarial moderna das grandes empresas mínero-metalúrgicas e as estratégias de terceirização no âmbito da produção flexível tornam mais dramáticas ainda as possibilidades de reprodução da população trabalhadora em municípios que sediam grandes empreendimentos. A convivência da tradição com modernidade nos processos de trabalho (CASTRO, 1999) é uma realidade tão inquestionável quanto a da expansão da pobreza urbana e das ocupações terciárias informais no campo e na cidade.

### **3- A reprodução e as condições do habitar: moradia e consumo.**

*O espaço vai se reproduzindo, indiferencialmente, pelos jardins e vilas afora, repetindo o mesmo ritual de precariedade. Os trabalhadores vêm juntos, seguindo seu rastro, como única forma de sobreviver nas condições superexploradoras e depredadoras corolárias da cidade do capitalismo selvagem* (BONDUKI e ROLNIK, 1979, p.153). O sentido dessa afirmação é essencial. O processo de produção do espaço é ao mesmo tempo de reprodução do espaço, da paisagem, da sociedade com seus conflitos e contradições.

O processo de produção do espaço é um momento particular da totalidade, e deve ser pensado no seu movimento de articulação e conexão com o movimento mais geral da sociedade e da economia (CARLOS, 2008). Por outro lado, a reprodução implica na reafirmação continuada de uma ordem mais geral constituída pela divisão do trabalho, pelas relações sociais de produção, pela acumulação ampliada do capital, pela urbanização.

A materialização desses vetores implica ao mesmo tempo uma espacialidade diferenciada dos processos de produção e reprodução. Os processos particulares se territorializam e se concretizam como produção do espaço na escala local, porém na escala regional e global esse mesmo processo se concretiza como reprodução ampliada da sociedade, do espaço, do capital, das instituições, da ideologia e das relações sociais de produção.

A implantação do complexo Albrás-Alunorte e das infra-estruturas do projeto, a expansão das cidades, o crescimento da população urbana, a expansão do número de vilas e povoados, quando olhados somente na escala local, significa a produção de uma nova estrutura territorial nos municípios de Abaetetuba e Barcarena. Na escala regional, nacional e global esse processo está ligado a transnacionalização do capital, a desconcentração das

grandes plantas industriais produtoras de metais primários como o alumínio, a produção de um espaço de ação do Estado na Amazônia por meio da ação regional, a integração comercial e produtiva entre as regiões brasileiras e da difusão do tecido urbano industrial no território nacional. Dessa forma, produção e reprodução podem ter significados diferentes, pois se constroem em escalas espaciais diferentes.

A fronteira na Amazônia se configura atualmente como momento de reprodução cada vez mais urbana da força de trabalho. As contradições, os conflitos e as condições de reprodução consideradas urbanas estão cada vez mais generalizados nas cidades, vilas e povoados da Amazônia Oriental.

Nos municípios de Abaetetuba e Barcarena esse processo é constitutivo da organização territorial. Os desafios, as contradições e conflitos que envolvem a classe trabalhadora nesses municípios somente podem ser explicitados analisando-se a urbanização, ou melhor, a expansão diferenciada dos nexos da urbanização nas cidades, vilas e povoados localizados no campo. Dito de outra maneira, a urbanização articula e integra o campo e a cidade, o rural-extrativista e o urbano-industrial de tal maneira que é possível afirmar que a estrutura territorial é predominantemente urbana.

Esse predomínio deve ser entendido no sentido hierárquico, uma vez que, a extensividade da urbanização reafirma a centralidade da cidade, a centralidade urbana, neste caso das metrópoles regionais e nacionais, que são os principais centros irradiadores da lógica urbano industrial capitalista, ou até mesmo grandes centros do capital industrial e financeiro internacional, capazes de alocar investimentos pelo globo e modificar a estrutura territorial dos municípios na Amazônia.

A análise das condições de existência da classe trabalhadora nesses municípios nos ajuda a entender a dimensão concreta da estrutura territorial. Em geral as condições de moradia expressam a formação de uma estrutura territorial segregada e periférica não apenas na escala dos municípios, mas na escala regional e nacional. Nesse sentido a segregação deve ser entendida como exclusão dos benefícios sociais gerados pela produção industrial do complexo Albrás-Alunorte, dos impostos e transferências constitucionais administradas pela administração municipal. A apropriação privada da riqueza produzida nesses municípios e a socialização dos elevados custos sociais da formação do mercado de trabalho local, da imigração e da urbanização, é o contexto de fundo da segregação sócio-espacial.

Uma característica geral das condições de moradia nas áreas de expansão das cidades, nas vilas, povoados rural e ribeirinhos é a precariedade e o caráter provisório das construções. As casas em geral são de alvenaria com média de três cômodos. A mobilidade que caracteriza o mercado de trabalho também dá o tom do mercado imobiliário desses

municípios. A mobilidade residencial e a migração sazonal ou definitiva já atingiram praticamente todas as famílias em algum estágio, digamos, em suas trajetórias de reprodução no tempo e no espaço. A formação, o aquecimento e o desaquecimento das frentes de trabalho e emprego afetam inegavelmente a estabilidade residencial e o instável mercado de moradias desses municípios. Um dado interessante é o grande número de casas para alugar, a oferta de *kit-nets* e outras formas muito precárias de imóveis para alugar.

No momento da pesquisa a maioria dos imóveis de aluguel estavam vazios, o que é indicativo de uma crise, de uma redução das atividades das empreiteiras que prestam serviços à grandes empresas em Barcarena. Coincidentemente, nesse mesmo momento tanto a Vale do Rio Doce quanto o governo do Estado do Pará anunciavam vultosos investimento no Porto de Vila do Conde (Terminal Fronteira Norte), na siderurgia, na criação de uma usina termelétrica no Distrito Industrial. O que ao mesmo tempo alimenta uma expectativa de geração de empregos e provoca o aumento da migração.

A Vila dos Cabanos possui a melhor estrutura de hotéis e pousadas. As cidades de Abaetetuba e Barcarena possuem poucos hotéis, predominando as pousadas e os *kit-nets* na periferia. De qualquer forma, a maioria dos empregos gerados é temporária e de baixa remuneração nas empreiteiras. Apenas os técnicos mais qualificados e engenheiros podem ficar alojados nos hotéis mais estruturados da Vila dos cabanos. A maioria dos trabalhadores que vêm de fora do município fica alojada por algum tempo em imóveis precários nas periferias das cidades e no entorno da Vila dos Cabanos que com o tempo contribui para a formação de novos espaços de assentamento por meio das ocupações espontâneas ou invasões.

Encontramos poucos moradores que tenham construído suas casas e menos ainda moradores mais antigos nas periferias das cidades e nas áreas de entorno. Esses moradores mais antigos estão em maior número nos bairros centrais das cidades, nas vilas e nos povoados e mesmo assim nem sempre são a maioria absoluta. Os dados das pesquisas de campo demonstram o predomínio das formas mercantis na aquisição ou de acesso a imóveis (modalidade compra e aluguel) que em ambos os municípios compõem mais de 50% das formas de acesso a imóvel nas áreas das localidades pesquisadas.

É importante notarmos que apesar de existir a opção *ocupação*, como critério de obtenção da moradia, os moradores das áreas de ocupações espontâneas, “invasões”, raramente se identificam com essa classificação, apesar de identificarem com clareza a origem de algumas localidades como produto de processo de ocupação. Isso ao mesmo tempo em que é uma forma de auto-afirmação diante da visão estereotipada das “áreas de invasão”, demonstra que muitas ocupações surgem como loteamentos clandestinos e

principalmente que existe uma intensa mobilidade residencial, muitas vezes relacionada à migração.

Como os loteamentos públicos e privados são pouco expressivos, o mercado de compra e venda de residências é feito de forma direta entre vendedor e comprador e com regras próprias do mercado informal. Em geral são áreas com *baixa de renda diferencial* do solo urbano, que de acordo com Bonduki e Rolnik (1979, p.147) podem ser conceituadas como periferias. Na prática não são os interesses diretos da acumulação que movem esse mercado de moradias e a formação de espaço de assentamentos, porém a reprodução da classe trabalhadora no contexto de reprodução das relações de produção por meio da produção do espaço urbano segregado.

No caso dos espaços considerados rurais, os povoados localizados à margens de estradas com uma história ligada a agricultura familiar de subsistência, o padrão das moradias não difere muito do padrão observado nas periferias das cidades e nas áreas de entorno. A maioria das casas é de alvenaria apresentando o mesmo grau de precariedade, com uma diferença importante, a presença de quintais maiores e em terrenos maiores como uma presença e/ou permanência da espacialidade do mundo rural-extrativista da Amazônia. Não é possível mais confundir o rústico com o precário e nem pobreza com simplicidade de vida no espaço rural da Amazônia. Temos na prática uma difusão de carências e necessidades de base urbana sobre o espaço rural. Em outros termos temos a difusão da pobreza de base urbana sobre o espaço rural em função da articulação entre o urbano e o rural, entre o campo e a cidade.

Outra perspectiva para discutir a urbanização e reprodução da classe trabalhadora em Abaetetuba e Barcarena no âmbito de difusão dos nexos da urbanização é o consumo. A pesquisa mostrou a presença de serviços públicos básicos nas localidades pesquisadas. Aparentemente essa infra-estrutura urbana está presente nas diversas modalidades em todas as localidades. Nada mais equivocado. A manifestação da urbanização por intermédio da presença dos chamados bens de consumo coletivos e serviços públicos deve ser pensada numa relação dialética entre a presença e a ausência da urbanização. Isso porque essa infra-estrutura e os serviços públicos são quase um simulacro em virtude da precariedade, da irregularidade e da baixa qualidade. A urbanização é uma demanda social urgente para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora na periferia das cidades, no entorno imediato do empreendimento e nos povoados rurais.

Por outro, o consumo de bens de consumo duráveis talvez assumam uma dimensão mais efetiva. Também podemos verificar a presença de bens duráveis na residência dos trabalhadores, o que obviamente não pode ser confundido com consumo efetivo ou com melhor qualidade de vida. Uma primeira característica importante observada nas localidades

urbanas dos municípios é que tirando os bens de consumo máquina de lavar e aparelhos de DVD que estão presentes em cerca de 2/3 das residências, os demais estão presentes em cerca de 90% das residências. Considerando as residências das vilas rurais de Abaetetuba os itens máquinas de lavar e aparelhos de DVDs estão presentes em menos de 30% das casas enquanto os demais estão presentes em cerca de 2/3 das residências, sendo que os itens fogão à gás e televisão estão presentes em quase todos os domicílios visitados.

O consumo de bens industrializados e de serviços públicos é um dos principais vetores da urbanização extensiva na Amazônia. Milton Santos (1979a) chama atenção para a importância do consumo para entendermos a urbanização terciária nos países subdesenvolvidos. Sawyer (1987), Becker e Machado (1990) e Bertha Becker (1992) reconhecem na difusão do consumo um vetor fundamental para a urbanização, inclusive nos espaços e povoados rurais. O consumo é um vetor de integração dos trabalhadores ao mercado de consumo e ao mercado de trabalho capitalista. O consumo é também um importante fator de articulação espacial entre as cidades, entre a cidade e o campo.

A difusão do consumo mesmo que seja como necessidade, e não como realidade afetiva, contribui para transformar as relações sociais e as formas de reprodução. Embora presentes na realidade cotidiana das periferias das cidades, vilas e povoados, os bens industrializados e serviços e bens coletivos são consumidos de forma precária e insuficiente. No caso desses bens, sua presença não significa consumo efetivo e intenso, pois existem sempre sérias restrições do orçamento familiar para o consumo de energia, para uso do telefone, por exemplo. Muitas vezes o consumo é garantido por programas assistencialistas para consumo ou acesso “ilegal” à energia e água, prática muito comum nas periferias urbanas. Outro limite para o consumo é a precária infra-estrutura que possibilita o consumo desses bens.

No caso dos serviços públicos de saúde, educação e segurança, ocorre processo muito semelhante. Embora sejam de primeira necessidade seu consumo é precário e insuficiente no âmbito interno das cidades e principalmente no âmbito do município. Escolas, postos de saúde, delegacias quando existem nas periferias e nas localidades rurais prestam serviços de baixa qualidade pouco contribuindo para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

A questão fundamental é a instituição do consumo mais como necessidade do que como efetividade. Essa instituição significa a imposição de um intermediário para realização do consumo de bens industrializados e serviços públicos. No caso do consumo privado significa a imposição do mercado. No caso dos serviços públicos significa a imposição do Estado como gestor e ofertante de tais serviços. Em ambos os casos as condições de consumo, as formas de consumo ficam cada vez menos sob controle das famílias da classe

trabalhadora. Trata-se de processo de apropriação, embora parcial, das condições de reprodução da classe trabalhadora pelo mercado e pela ação do Estado e que tem como sentido a afirmação progressiva dos nexos de urbanização de forma extensiva no espaço territorial dos municípios de Abaetetuba e Barcarena.

Análise de aspectos do mercado de trabalho e das condições do habitar (habitação e consumo) torna possível afirmar a generalização da chamada urbanização terciária (SANTOS, 1979b) naqueles municípios. Diante da implantação de um grande empreendimento que gera um número muito limitado de empregos diretos e mesmo indiretos em Barcarena e da estruturação de um centro urbano regional com fraco dinamismo econômico em Abaetetuba, temos, por outro lado, uma rápida expansão dos assentamentos e da pobreza urbana nas periferias das cidades e no entorno territorial imediato da Vila dos cabanos e do complexo Albrás-Alunorte e mesmo nas localidades consideradas rurais. Disso resulta que a reprodução da população nos territórios municipais depende de um terciário extremamente precário e instável tanto na geração de empregos e ocupações quanto na distribuição de serviços sociais básicos e de transporte. Daí a possibilidade de usarmos o conceito de Milton Santos de *urbanização terciária* (SANTOS, 1979b, p.37) para analisar a natureza da urbanização em Abaetetuba e Barcarena.

No contexto da sociedade urbana a difusão do consumo enquanto necessidade e a circulação de mercadorias como objetos compõem um importante dado da estrutura de classe, pois o mercado e o consumo, ao mesmo tempo em que integram e articulam, fragmentam e diferenciam o todo social. Novamente recorremos a Milton Santos para pontuarmos esse aspecto da urbanização terciária:

*A sociedade urbana é dividida entre aqueles que têm acesso às mercadorias e serviços numa base permanente e aqueles que, embora tendo as mesmas necessidades, não estão em situação de satisfazê-las, devido ao acesso esporádico ou insuficiente ao dinheiro. Isso cria diferenças quantitativas e qualitativas de consumo. (SANTOS, 1979b, p.37)*

As características do mercado de trabalho e as condições de vida da classe trabalhadora nos municípios de Abaetetuba e Barcarena nas cidades, vilas e povoados revelam um aspecto central da urbanização: a reprodução das relações de produção capitalistas de produção na sociedade e no território através do consumo e da inserção da população no mercado de trabalho.

A estrutura territorial resultante desse processo de modernização que ocorreu nos municípios a partir dos anos de 1980 tem suas determinações últimas, suas contradições e seus conflitos advindos da difusão e generalização da lógica urbano-industrial. Essa estrutura territorial, ao mesmo tempo em que tem esses atributos, é também cada vez mais

diferenciada pela história particular de cada localidade, de cada cidade, de cada povoado, pela forte presença da sociabilidade rural-extrativista, pelas formas de relação particular do homem com o rio e a floresta. A dialética entre tendências genéricas do mundo urbano industrial e as singularidades que vêm da história e da interação homem-natureza na Amazônia reafirma uma organização territorial particular, híbrida e diferenciada diante da hegemonia e da dominação do mercado, do capital e do Estado.

A partir destas considerações, entendemos que ocorreu uma reestruturação territorial nos municípios de Abaetetuba e Barcarena em função da implantação do complexo Albrás-Alunorte e outras empresas ligadas ao empreendimento, da expansão do tecido urbano, da redistribuição da população, da terciarização no mercado de trabalho e da crescente dependência da população trabalhadora em relação ao consumo de bens industrializados e serviços, não obstante a precariedade e a insuficiência desse consumo, ou seja não obstante a generalização da pobreza urbana nas cidades, vilas e povoados rurais e ribeirinhos .

Na prática, a expansão do tecido urbano, de novas formas de organização social, da ação do Estado e sua inscrição material sobre o território municipal de Barcarena e Abaetetuba, implica na expansão dos valores urbanos, isto é difundido a partir dos grandes centros urbanos. Por outro lado, a transformação do espaço rural em periferia é uma manifestação da articulação entre campo e cidade que tem como contexto a expansão das redes técnicas e a integração dos mercados de trabalho, de consumo e das redes ou cadeias produtivas. Trata-se de um processo que pode ser entendido como a urbanização extensiva do território (MONTE-MOR, 2001).

#### **4-Bibliografia**

BECKER, B; MACHADO, L. O. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_. Desfazendo mitos: Amazônia uma selva urbanizada. In: ARAGON, L. Eduardo (Org). *Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos*. n 13, tomo II Belém: UNAMAZ/UFPA, 1992, p. 532-561.

BONDUKI, Raquel & BINDUKI, Nabil. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente da reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E (org). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. SP: Alfa Omega, 1979.

CARLOS, Ana Fani A. *A (re)produção do espaço urbano*. SP. Editora da USP, 2008.

CASTRO, Edna R. Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho. In: CASTRO, E R et al. *Industrialização e grandes projetos*. Belém, UFPA, 1995. p 91-120.

- \_\_\_\_\_. *Tradição e modernidade: a propósito de processo de trabalho na Amazônia. Novos cadernos do NAEA*, Belém: UFPA. Vol. 2, n 1, 1999.p. 31-49.
- IDESP. *Repercussões sócio-econômicas do Complexo Industrial Albrás-alunorte em sua área de influência imediata*. Belém: Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará. 1991. Relatórios de Pesquisa N 20.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 1950, 1960, 1970, 1991, 2000, Contagem de 2007*.
- \_\_\_\_\_. *Enciclopédia dos municípios Brasileiros*. RJ: IBGE, 1957. Vol 14.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. SP. Documentos, 1969.
- \_\_\_\_\_. *A re-produção das relações de produção*. Porto, Edições Escorpião, 1973.
- \_\_\_\_\_. *A revolução Urbana*. Belo Horizonte, UFMG, 1999.
- GAUDEMAR, Jean-Paul. *Mobilidade do trabalho e acumulação de capital*. Tradução: Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Editora Estampa, 1977.
- LIMONAD, Ester. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. In: SANTOS, Milton [Et, al] *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento território*. Rio de Janeiro: DP & A, 2006, 2.ed. p.147-172.
- LOBO, Marco A. A. *Estado e Capital Transnacional na Amazônia: o caso da Albrás-Alunorte*. Belém: NEAE/UFPA, 1996.
- MACHADO, Lia Osório. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. *Cadernos do IPPUR*. Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 1, 1999, p. 109-138.
- MONTE-MOR, Roberto. New Urban Frontier: contemporary tendencies in Brazil's urbanization. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2001. (*Texto para discussão*, nº 165).
- ROCHA, G. M. *A Construção da Usina Hidrelétrica e a Redivisão Político Territorial na Área de Tucuruí*. 1998. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. Rio de Janeiro; Editora Francisco Alves , 1979a.
- \_\_\_\_\_. *Pobreza Urbana*. SP: HICITEC, 1979b.
- SAWYER, Donald. Urbanização da Fronteira agrícola no Brasil. In: *A Urbanização da Fronteira*. Rio de Janeiro: Ed. PUBLIPUR/UFRJ, 1987. Vol. II.
- SEPOF/GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Estatística municipal: Abaetetuba; Barcarena. Belém: GOVERNO DO PARÁ. 2008.
- TEIXEIRA, J B & OLIVEIRA, E. Política social da Abras destinadas às populações ribeirinhas. In CASTRO, E R et al. *Industrialização e grandes projetos*. Belém, UFPA, 1995.
- TRINDADE JÚNIOR, S-C.C.; ROCHA, G. M. (Orgs). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002.